

Filhos de Algo - Os Sás como alcaides-mores do Porto entre 1392 e 1449

Hugo Filipe Pinto Cardoso
hfpc10@gmail.com

Resumo

Este trabalho procura analisar as relações entre os alcaides-mores pertencentes à linhagem dos Sás e a cidade do Porto, recorrendo aos livros de Atas de Vereação correspondentes ao período em estudo, a documentação avulsa e bibliografia diversa. Pretende-se compreender como a condição destes fidalgos terá afetado a sua relação com o burgo portuense, famoso por confrontar várias vezes a nobreza. Ao longo deste estudo tocamos vários aspetos, como redes de clientelismo e a linhagem dos Sás.

Palavras-Chave: Alcaide-mor; Vereação; Fidalgo; Porto.

Abstract

This work seeks to analyze the relationships between the mayors belonging to the lineage of the Sás and the city of Oporto, utilizing the books of minutes corresponding to the period under study, we will also use separate documentation and diverse bibliography. We intend to understand how the condition of these nobles may have affected their relationship with the city of Oporto, famous for confronting the nobility several times. During the development of this study, we touched on several aspects, such as patronage networks and the lineage of the Sás.

Keywords: Mayor; Council; Nobleman; Oporto.

Siglas e abreviaturas

ADP – Arquivo Distrital do Porto.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo.

doc. – documento.

fól. – fólio, fólhos.

Enquadramento Temático

A Alta Idade Média caracteriza-se, de um modo geral, pela ruralização e pelo despovoamento das cidades, assinalando-se uma tendência para a dispersão populacional. Na Baixa Idade Média esta tendência inverteu-se e experienciou-se um ressurgimento das cidades que progressivamente cresceram em tamanho e importância, muitas delas assumir-se-iam como bastiões do poder local, reivindicando para si direitos e privilégios. O Porto medieval era uma destas cidades, sendo caracterizado pela grande influência da sua elite municipal, na cronologia correspondente a este estudo.

Tendo em conta o domínio exercido por estas elites, a proibição da permanência de fidalgos dentro dos muros da cidade durante períodos alargados¹ não é surpreendente, visto que os “homens da Câmara” não queriam entraves ao poder que exerciam no município. Para além disso, a presença de fidalgos era dispendiosa e prejudicial para o quotidiano do Porto, porque a fidalguia causava “grandes danos e vergonças” aos vizinhos e moradores da cidade².

Tipicamente, os homens que exerciam o cargo de alcaide-mor eram fidalgos. Então como é que os membros da família Sá exerceram o cargo de alcaide-mor nesta cidade privilegiada? Será que vinham ao Porto somente quando tinham assuntos a resolver dentro das suas imediações, ou será que eram uma exceção a este privilégio? Estas são algumas das principais temáticas a explorar neste estudo. Para a sua realização mostra-se importante conhecer a cidade do Porto e a família Sá, pelo que dedicaremos parte do nosso trabalho a estas questões. A cronologia encontra-se balizada pelas datas de 1392 e 1449. Esta seleção deve-se aos dois primeiros Sás que exerceram o cargo de alcaide-mor da cidade do Porto. Portanto, o ano de 1392 corresponde à atribuição do cargo a João Rodrigues de Sá³ e 1449 ao ano da morte de Fernão de Sá⁴.

1. O Porto nos finais do século XIV

O Porto medieval do final do século XIV era uma cidade marcadamente comercial e marítima, que se destacava relativamente aos restantes centros urbanos do Norte, sendo capaz de dominar a atividade económica regional graças à posse de um dos maiores portos nacionais⁵. Esta preponderância económica tornou o Porto numa das mais importantes cidades em Portugal e esta importância só aumentou com a expansão do seu termo por D. Fernando e por D. João I⁶. Apesar da grande relevância do Porto no Portugal medievo, não existia um castelo na cidade⁷. Em vez disso, para a sua defesa existiam duas muralhas⁸, a cerca velha que rodeava “os paços do concelho e a moradia do bispo

¹ DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 87.

² FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 287.

³ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65.

⁴ GOMES, Saul António - *D. Afonso V: O africano*. (...), p. 76.

⁵ TEIXEIRA, Helena Regina Lopes - *Porto, 1114-1518: a construção da cidade medieval*. (...), pp. 49-50.

⁶ DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), pp. 13-14.

⁷ Costumava chamar-se castelo à zona circundada pela cerca velha, ainda assim não existia no Porto um “verdadeiro castelo” no sentido da palavra.

⁸ Ver anexo 1.

residente”, representando o poder eclesiástico⁹, e a “muralha fernandina”, cuja construção se iniciou no reinado de D. Afonso IV e terminou no reinado de D. Fernando. Esta nova muralha circundou grande parte do novo Porto, que “assumia novos poderes e influências”¹⁰, no qual se destacam as elites municipais.

Toda a cidade com castelo tinha um alcaide-mor que teria em sua posse as respetivas chaves. Apesar da ausência de um castelo no Porto, existia um alcaide-mor. Na altura da regência do Infante D. Pedro, o concelho do Porto mencionou o facto de não ter castelo, quando lhe pediu o direito de eleição dos alcaides-mores, referindo que “«punha sempre huu honrado cidadaao por alcaide nesta cidade que não tem castelo ataa o tempo que o derom a João Rodriguez de Saa a Rogo delRej uosso auoo». Insistiam junto do regente, logo que Fernão de Sá deixasse a alcaidaria, para que os seus privilégios não fossem quebrados”¹¹.

Este pedido acabou por ser indeferido e o alcaide-mor que se seguiria seria João Rodrigues de Sá, a quem foi confirmada a alcaidaria-mor do Porto no dia 16 de junho de 1449¹². O rei não permitia que os municípios seleccionassem o alcaide-mor devido à importância estratégica do cargo, que acarretava funções de cariz militar, sendo, por isso, crucial para a manutenção de uma forte presença régia nos municípios, daí a escolha de homens de confiança para esta função.

O alcaide-mor era um oficial régio que tinha como função o desempenho de tarefas de cariz administrativo, judicial e militar, tendo a seu encargo o comando dos fossados da guarnição. A qualidade destes indivíduos como membros da nobreza levava a que, por vezes, tivessem de acompanhar os reis, por isso podiam delegar a sua autoridade num substituto designado de alcaide-menor ou pequeno, que tinha sobretudo atividade civil¹³. Os alcaides menores ou pequenos eram subordinados do alcaide-mor e a sua seleção era feita pela Vereação a partir de três nomes indicados pelo dito alcaide-mor¹⁴. Estes oficiais guardavam a cidade e eram auxiliados nesta função por um grupo de homens ajuramentados.

⁹ OLIVEIRA, Rui Eduardo de Sá - *Duas muralhas, duas cidades: a história militar do Porto medieval*. (...), p. 30.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pp. 936-937.

¹² *Ibidem*, p. 940.

¹³ MATOS, Gastão de Melo – “Alcaide”, in *Dicionário de História de Portugal*. (...), p. 81.

¹⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. (...), p. 214.

Segundo Torquato de Sousa Soares, antes da passagem do Porto para o senhorio da Coroa, o alcaide era nomeado pelo bispo, a quem prestava menagem da fortaleza e da torre onde se guardavam os presos¹⁵. Seguindo esta linha de pensamento, presume-se que só na altura em que terminou o domínio de D. Gil Alma sob o Porto é que o direito de nomeação do alcaide teria passado para o rei.

A análise de algumas fontes prova que esta não é uma questão tão linear como o parágrafo anterior faz parecer. Uma carta de mercê de João I dirigida a João Rodrigues de Sá faz saber que o rei o “fez alcaide da cidade do Porto e seu termo, tal como o fora Pedro Rodrigues”¹⁶. Este Pedro Rodrigues foi alcaide até 1392¹⁷, tendo sido selecionado para o cargo por D. João I. No ano de 1392, o mestre de Avis faria mercê da alcaidaria a João Rodrigues de Sá¹⁸, tudo isto terá acontecido enquanto a cidade ainda pertencia ao bispo. Para além disto, encontramos no *Corpus Codicum* um documento datado do ano de 1383, no qual o rei D. Fernando intercede junto da Câmara a favor de João Rodrigues Portocarreiro, seu vassalo e alcaide da cidade do Porto¹⁹. Este documento evidencia que os alcaides do Porto já responderiam à Coroa mesmo quando a cidade era senhorio do bispo.

A alcaidaria da cidade do Porto foi doada a João Rodrigues de Sá no ano de 1392²⁰, no entanto esta certeza deixa-nos também com uma questão por resolver. A cidade só passou para o senhorio da Coroa no ano de 1406, complicando uma tentativa de perceber quando é que o fidalgo começou a exercer a função de alcaide-mor de modo efetivo. Sabemos que a primeira ata na qual João Rodrigues de Sá é chamado de alcaide-mor corresponde à reunião do dia 25 de dezembro de 1401²¹, mais certezas do que esta não conseguimos dar.

Apesar das dúvidas, sabemos que esta transação foi o culminar de um longo processo constituído por várias etapas, que Armindo de Sousa esquematiza do seguinte

¹⁵ SOARES, Torquato de Sousa – Nova organização Municipal da cidade, in *História da Cidade do Porto*, (...), p. 337.

¹⁶ ANTT, *Casa de Abrantes*, cx. 88, doc. 4930.

¹⁷ Ver anexo 2.

¹⁸ *Corpus Codicum*, vol.III, p. 429.

¹⁹ *Ibidem*, p. 267.

²⁰ Durante a leitura das vereações dos anos 1390 a 1395 encontramos um indivíduo chamado João de Cinfães que também terá começado a exercer o cargo de alcaide no ano de 1392. Nunca aparece referido como alcaide pequeno, nem como homem de João Rodrigues de Sá e em 1393 João de Cinfães ainda surge como alcaide da cidade. Para além do que vimos nas atas, não encontramos mais informação relativa a este homem. *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pág. 125, 132, 136, 189, 203, 211, 218, 375.

²¹ *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), p. 70.

modo: a convivência pacífica (1120-1176); A luta contra o poder episcopal (1176-1314); A vitória do poder civil (1314-1345); A laicização do concelho (1345-1406)”²². Este confronto entre os membros das elites municipais e as entidades eclesiásticas não é único ao Porto, tendo também ocorrido noutras cidades medievais.

Os homens pertencentes a esta elite municipal eram, segundo Armindo de Sousa, sedentos de prestígio e para se diferenciarem procuraram distinções como símbolos e privilégios. Todavia, toda esta simbólica a que se agarraram não era original, sendo uma cópia dos meios e modos dos fidalgos e homens do clero²³. Na obra *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*, os membros do grupo “da Câmara” são descritos como “homens abastados, de negócios (...), politicamente muito experientes e frios, hábeis nas contas e desembaraçados na escrita”²⁴.

Estas duas obras mostram-nos uma elite municipal reivindicativa e lutadora, que não hesitava em fazer frente a quem quisesse violar os seus privilégios. Claro que esta postura irreverente não significa que a elite municipal portuense desejava destruir o sistema no qual estava integrada, pelo contrário, mostra-nos que jogavam com o sistema e que se aproveitavam dele quando possível, sendo que o maior desejo de grande parte destes homens era ascender socialmente.

É nesta cidade que os alcaides-mores da família Sá se veem inseridos. Fidalgos num Porto no qual supostamente não podiam permanecer mais do que três dias, numa cidade à qual não interessava a presença de nobres. Quem eram estes Sás, de onde é que vinham e o que é que os levou à alcaidaria-mor do Porto?

2. A linhagem dos Sás

Não existem grandes certezas relativamente às origens da família, mas é mencionado no *Armorial lusitano* que o apelido terá origem na quinta de Sá no termo de Guimarães. De acordo com a obra, o antepassado mais antigo conhecido é Rodrigo Anes de Sá, pai de Paio Rodrigues de Sá, que terá vivido durante o reinado de D. Dinis. Paio Rodrigues de Sá teve um filho chamado João Afonso de Sá, que viveu no período dos reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I e que era senhor da já falada quinta de Sá. João

²² SOUSA, Armindo – Tempos Medievais, in *História do Porto*, dir. Luís de A. Oliveira Ramos, (...), p. 238.

²³ *Ibidem*, pp. 244-245.

²⁴ DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 83.

Afonso casou com Teresa Rodrigues de Berredo e teve vários filhos que continuaram a linhagem²⁵.

O estudo de Manuel Moreira de Sá Monteiro não corrobora a informação presente no *Armorial Lusitano*, colocando Afonso Anes de Voeire, Abade de Lousada, como pai de João Afonso de Sá, sendo este o produto de uma relação com Maria Peres, uma mulher solteira. Segundo Manuel Monteiro, João Afonso foi legitimado a 3 de maio de 1315 e foi vassalo de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Era também cavaleiro, patrono da igreja de S. Miguel de Gemunde e senhor da quinta de Sá no termo de Guimarães. Segundo este estudo, João Afonso terá casado com Maria Martins, não com Teresa Rodrigues de Berredo. Rodrigo Anes de Sá, o seu filho, foi alcaide-mor de Gaia e pai de João Rodrigues de Sá, o das Galés²⁶.

Luís Lencastre e Távora considera Gonçalo Pires de Sá, contemporâneo dos reis D. Afonso III e D. Dinis, o mais antigo varão da família. Este estudo opõe-se ao *Armorial Lusitano* na medida em que não atribui a paternidade de João Afonso de Sá a Paio Rodrigues, em vez disso, o autor do estudo acredita que estes dois eram irmãos. Luís de Lencastre fundamenta a sua proposta mencionando que João Afonso de Sá e Paio Rodrigues de Sá eram coproprietários da quinta de Sá. O autor considera este dado significativo, porque não acredita que João e Paio poderiam ser ambos proprietários da quinta se o primeiro fosse filho do segundo. A João Afonso sucedeu Rodrigo Anes de Sá, alcaide-mor de Gaia e pai de João Rodrigues de Sá²⁷.

A análise destes três trabalhos comprovou a nebulosidade inerente às origens dos Sás de que se fala no *Armorial Lusitano*²⁸, obra que não oferece uma descrição muito detalhada das origens desta família. O trabalho de Manuel Monteiro também não é muito minucioso, tendo sido fortemente criticado por Luís de Lencastre²⁹, autor que sustenta os argumentos presentes na sua investigação com fontes que os corroboram. A genealogia que Lencastre apresenta parece bem elaborada, graças à quantidade de documentação na qual o autor baseia o seu estudo, por isso, pensamos que este seja o mais fidedigno dos três trabalhos.

²⁵ *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. (...), p. 483.

²⁶ MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, *Boletim de Trabalhos Históricos (do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta)*, (...), pp. 105-107.

²⁷ TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), pp. 572-573.

²⁸ *Armorial lusitano: genealogia e heráldica* (...), p. 483.

²⁹ Ver *A Heráldica da Casa de Abrantes: Adenda ao IV Tomo*, [consultado a: 28/12/2020, 18:49:00]. Disponível em: https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1984/bth1984_6.pdf.

Apesar das suas diferenças, todas as obras consultadas mencionam João Afonso de Sá e tanto Manuel Monteiro como Luís de Lencastre o colocam como pai de Rodrigo Anes de Sá, que perfilhou João Rodrigues de Sá, um dos protagonistas deste trabalho.

O ano de 1392 corresponde à nomeação de João Rodrigues de Sá para o cargo de alcaide-mor do Porto, sendo o primeiro da sua família a exercer esta função. Ao longo da crise de 1383-1385, este fidalgo provou múltiplas vezes ser leal ao rei D. João I³⁰. João Rodrigues levou a cabo grandes feitos no campo de batalha³¹, tendo alegadamente libertado uma galé, que estava tomada por castelhanos, apenas com uma lança e a ajuda de um escudeiro, na altura do cerco de Lisboa.

O feito valer-lhe-ia quinze feridas no corpo e duas na cara, juntamente com o epíteto de “Sá das Galés”³². As façanhas deste fidalgo não se esgotam aqui, porque João Rodrigues supostamente atacou sozinho um grupo de 20 inimigos durante a conquista de Guimarães³³. Para além disso, combateu ainda em Aljubarrota e em Ceuta, tendo protagonizado num episódio caricato antes do início da batalha contra os castelhanos: conta-se que João Rodrigues jurou desancar Martim Afonso de Sousa, que havia prometido a Deus que se saísse vivo do confronto em Aljubarrota passaria uma quarentena com a sua amante, a abadessa de Rio Tinto, irmã de João Rodrigues³⁴. Em relação à sua participação na tomada de Ceuta, sabe-se que o patriarca da família Sá era um dos “principaes que hiam com el Rey”³⁵.

Sucedeu a João Rodrigues de Sá no ano de 1425³⁶ o seu filho varão, Fernão de Sá, que herdou todas as suas propriedades, menos a terra de Aguiar, que ficou para Gonçalo de Sá, um dos seus irmãos³⁷. A informação relativa a Fernão é escassa, mas sabemos que o primogénito de João Rodrigues o substituiu no cargo de camareiro-mor de D. João I³⁸ e que se destacou na defesa da praça de Ceuta, que era frequentemente atacada.

³⁰ Para conhecer os títulos de João Rodrigues de Sá, consultar: MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), pp. 112-113.

³¹ Muitos dos quais são relatados por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*.

³² DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 19.

³³ MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), p. 113.

³⁴ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da sala de Sintra*. (...), p. 208.

³⁵ ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. (...), p. 153.

³⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113.

³⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 9, fól. 91 e ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 8, fól. 106.

³⁸ D. Duarte acabaria por retirar este cargo a Fernão. Apesar da suposta não hereditariedade do cargo, este manteve-se quase sempre nas mãos do chefe da casa dos Sás até ao séc. XVIII, exceção a isto foram os reinados de D. Duarte e D. João III. TÁVORA, Luís de Lencastre e – *A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 581.

Baquero Moreno fala-nos também das orientações políticas deste fidalgo, que simpatizava com a causa de D. Leonor, na altura em que esta disputou a regência do reino com o D. Pedro. Apesar de não ser partidário do Infante, Fernão não teve grandes problemas durante o governo deste, tendo até recebido algumas doações da mão do regente. Quando o Infante caiu em desgraça, a escolha certamente não terá sido difícil para Fernão que, lembrando a lealdade para com a causa de D. Leonor, se colocou do lado do seu filho em Alfarrobeira, batalha na qual perdeu a vida³⁹.

Pedro Brito estudou as famílias mais importantes do Porto quinhentista e de entre todos os agregados familiares que constituem a elite portuense do século XVI, o autor dá primazia aos Sás. O autor aponta que o prestígio do qual os Sás gozavam dentro da cidade, na época abrangida pelo estudo, se deve essencialmente à posse do cargo de alcaide-mor e à personalidade daquele que o exercia na altura, João Rodrigues de Sá, trisneto do Sá das Galés⁴⁰, homem que esteve intimamente ligado ao humanismo português⁴¹. Sabemos então que a influência dos Sás se manteve depois da morte dos protagonistas deste estudo.

Brito acredita que o privilégio da cidade que impedia a permanência de fidalgos durante mais de três dias não se aplicava aos membros desta família⁴²; admitimos esta possibilidade, até porque os Sás tinham uma casa na cidade⁴³, prova disto são as referências aos “paços de João Rodrigues de Sá” que se encontram na documentação⁴⁴. A existência destes “paços de João Rodrigues de Sá” por si só é estranha, visto que “já antes de 1339 nenhum fidalgo não pod(ia) haver moradia na dita cidade, nem aí possuir propriedades”⁴⁵. Apesar da existência desta casa, não se sabe se os alcaides efetivamente passavam lá tempo, não sabemos também quando é que esta residência passou a pertencer aos Sás.

³⁹ MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pp. 936-937.

⁴⁰ BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. (...), p. 30.

⁴¹ Para conhecer a ligação à corrente humanista e a produção cultural dos descendentes do Sá das Galés, consultar: FARDILHA, Luís de Sá - *A nobreza das letras: os Sás de Meneses e o Renascimento português*. Porto: [Edição do Autor], 2003.

⁴² BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. (...), p. 30.

⁴³ Ver anexo 3.

⁴⁴ ADP, *Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fól. 21 e *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), p. 171.

⁴⁵ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo* (...), p. 450.

3. A relação dos alcaides com a Câmara do Porto

Para a realização desta análise registamos⁴⁶ todas as menções a João Rodrigues de Sá e a Fernão de Sá que encontramos nos livros de atas publicados. Entre estas menções estão incluídas sessões em que os alcaides estiveram presentes e em que não estiveram presentes, sessões nas quais os alcaides intervieram diretamente e também reuniões nas quais simplesmente foram mencionados. Contamos 22 em que os nomes João Rodrigues de Sá ou Fernão de Sá foram mencionados. Destas 22 sessões, os ditos alcaides estiveram presentes em 13, tendo estado ausentes em 9 delas. Todas estas presenças são de Fernão de Sá, por isso, tanto quanto as fontes permitem apurar, durante todo o tempo em que ocupou o cargo de alcaide-mor do Porto, João Rodrigues de Sá nunca esteve presente numa sessão da Câmara.

A hipótese apontada parece-nos improvável, tendo em conta que João Rodrigues de Sá exerceu o cargo de alcaide-mor do Porto durante cerca de 33 anos, ainda assim, a sua ausência nas atas analisadas é um dado significativo⁴⁷. Consideramo-lo um dado valioso porque pode demonstrar que o primeiro alcaide da família Sá procurava não se envolver nos assuntos da cidade. Isto é verdadeiro no que toca à segurança do Porto, da qual ficavam incumbidos os seus subordinados, como é evidenciado na sessão de 25 de dezembro de 1401.

Pensamos que João Rodrigues tinha negócios que envolviam a cidade, como se vê pela intervenção que os seus representantes fizeram em nome de Pulgão na sessão de 8 de julho 1390. A reunião de 9 de janeiro de 1432 também corrobora esta ideia, sendo que nesta se falou do envolvimento das naus de João Rodrigues no transporte de pescado pertencente a um mercador castelhano cujo nome não é especificado.

As relações de João Rodrigues com a Câmara caracterizam-se pela ausência de grandes conflitos e todos os dados que temos indicam-nos que o alcaide era uma exceção ao privilégio da cidade relativo à permanência de nobres dentro das suas muralhas. Uma das reuniões aqui faladas trata a construção de umas casas por parte do Sá das Galés e o levantamento do embargo que a Câmara colocou sobre a sua edificação em troca da construção de uma viela à conta do fidalgo.

⁴⁶ Ver anexo 4 no qual todas as referências documentais são apresentadas.

⁴⁷ É importante recordar que os livros de atas não cobrem muitos dos anos nos quais João Rodrigues ocupou o cargo de alcaide-mor.

O facto de a Câmara permitir a construção destas casas a João Rodrigues pode significar que este era tido em maior consideração do que Fernão Coutinho⁴⁸, fidalgo com o qual a Câmara teve um conflito em relação à construção de habitações dentro da cidade⁴⁹. A utilização da influência de João Rodrigues para a venda do vinho de Pulgão é outro fator que mostra que o nome do alcaide era tido em boa conta pela Câmara, ou talvez o reconhecimento de uma figura que certamente seria influente na Corte.

As boas relações entre a Câmara e João Rodrigues, são postas em causa por uma *Lembrança* para a qual Pinto Ferreira chama a atenção no seu trabalho “O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História)”. Nesta *Lembrança*, redigida em meados do século XV pelos regedores da cidade para a memória de regedores futuros, encontram-se nomeadas várias figuras consideradas pouco favoráveis aos interesses do concelho do Porto. Nesta lista onde estão presentes indivíduos que antagonizaram ativamente a cidade, como o duque de Bragança, encontramos também João Rodrigues de Sá. Não sabemos, no entanto, qual o João Rodrigues em causa, podendo ser o Sá das Galés ou o seu neto⁵⁰. Tendo em conta a altura em que as lembranças terão sido redigidas, talvez digam respeito ao filho de Fernão de Sá; ainda assim mostram que a cidade olhava os Sás com alguma desconfiança, muito provavelmente devido à sua condição como fidalgos, no entanto, parece-nos que a presença dos membros desta família na cidade era tolerada pelos “homens da Câmara”.

Acreditamos também que João Rodrigues era um homem mais influente do que o seu filho no que toca a política do reino. Esta suposição tem como base o facto de D. Duarte, numa quebra com as escolhas de seu pai, não ter selecionado Fernão de Sá para ser seu camareiro-mor. Outra das razões que nos leva a pensar desta maneira foi o facto de Fernão não ter apoiado a regência do Infante D. Pedro, decisão que o terá levado a perder influência e a ser afastado da Corte. Por sua vez, o Sá das Galés era próximo de D. João I, apoiando-o durante grande parte da crise dinástica, mesmo quando parecia que o mestre de Avis não ia sair vitorioso, graças à sua lealdade acabou por ser recompensado, como já mencionamos.

Outro momento que demonstra a confiança do mestre de Avis em João Rodrigues foi o facto de o primeiro ter selecionado o segundo para ser seu emissário ao Papa, no

⁴⁸ A permissibilidade da Câmara relativamente à construção das ditas habitações poderá também dever-se ao facto de João Rodrigues ser um oficial régio enquanto Fernão Coutinho não o era.

⁴⁹ Anexo 4, ver a sessão do dia 13 de julho de 1443.

⁵⁰ FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 288.

âmbito de obter dele as “bulas necessárias para anularem os votos que D. João I fizera, como mestre de Avis, de modo a poder contrair matrimónio”. Luís de Lencastre e Távora aponta o facto de João Rodrigues ser descendente dos Colonnas⁵¹, uma das mais influentes famílias de Roma, como uma das razões para a seleção de João Rodrigues para esta tarefa⁵². Depois desta missão diplomática, João Rodrigues também seria incumbido de receber Filipa de Lencastre, na altura em que esta chegou ao Porto, juntamente com o arcebispo de Braga e o bispo do Porto⁵³.

Assumimos a figura de Fernão de Sá como um homem politicamente menos relevante que seu pai⁵⁴. É provável que não acompanhasse a Corte por ter deixado de ser camareiro-mor no tempo de D. Duarte e por não ser apoiante da regência de D. Pedro. Devia por isso, passar mais tempo nos seus domínios ou até mesmo na sua casa no Porto; acreditamos que esta seja uma das razões que levou a uma maior assiduidade nas reuniões da Câmara do que o seu antecessor. Nem todas as sessões em que Fernão esteve presente contam com intervenções da sua parte ou com menções à sua pessoa.

A primeira sessão em que surge o nome de Fernão de Sá decorreu no ano de 1432; nesta falou-se do local onde “se corregeo” a sua nau, como ponto de referência. Esta nau pode ser a mesma que é mencionada nas atas que dizem respeito a João Rodrigues, tendo em conta que Fernão herdou grande parte das posses do seu pai. Será possível que o filho de João Rodrigues também se envolvesse no trato comercial, continuando a realizar o mesmo tipo de negócios paternos. Nas reuniões seguintes deparamo-nos com uma sessão em que se tratam pagamentos que a cidade ia fazer e duas com atas incompletas que não nos permitem aferir o conteúdo das discussões.

A sessão de 18 de maio de 1443 contém mais informação do que as anteriores e Fernão até interveio na reunião camarária. Nesta sessão leu-se uma carta da rainha, filha de D. Pedro, em que se pediu para Álvaro Gil servir novamente como escrivão da Câmara. Fernão aproveitou a oportunidade para pedir a renovação do cargo de um dos seus subordinados, Diogo Lourenço, alcaide pequeno. Na sessão seguinte estava presente

⁵¹ Não é muito provável que a mãe de João Rodrigues de Sá fosse efetivamente Júlia (ou Cecília) Colonna. Esta descendência prestigiante só começou a ser divulgada pelos nobiliários a partir do século XVI, e por João Rodrigues de Sá de Meneses, humanista, autor das *Quintilhas Heráldicas*. MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, (...), pp. 108-110.

⁵² TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (...), p. 576.

⁵³ DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), p. 31.

⁵⁴ Isto não significa, claro está, que Fernão de Sá era completamente irrelevante.

Afonso Anes de Fernão de Sá, criado do fidalgo, 5 anos depois este mesmo Afonso Anes era vereador da Câmara.

Entre os anos de 1448 e 1449 assiste-se a uma tentativa régia de dominar a cidade do Porto, que durante um longo período de tempo tinha sido beneficiada pela governação do Infante⁵⁵. D. Afonso V, ou por iniciativa própria, ou por influência do seu tio, o duque de Bragança, passou a ver o regente como seu inimigo. O Porto, tendo apoiado a governação do Infante, tornou-se num alvo para o rei e para o duque, que procuraram intrometer-se na Vereação do município, como é evidenciado nas sessões de 16 de setembro de 1448, 4 de outubro de 1448 e de 18 de janeiro de 1449.

Na sessão de 16 de setembro de 1448, Álvaro Gil, homem de D. Pedro, foi destituído do cargo de escrivão da Câmara, passando a exercer esta função um homem do duque de Bragança, o rei solicitou também que Diogo Lourenço, subordinado de Fernão de Sá, fosse mantido no cargo de alcaide-pequeno. Acreditamos que o pedido para a continuação de Lourenço no cargo evidencia, de certa maneira, a complacência de Fernão para com a causa do rei já desde 1448. Esta lealdade para com D. Afonso V talvez esteja relacionada com a inclinação de Fernão para com a causa da sua mãe durante o confronto pela regência, ou talvez tenha sido simplesmente uma tentativa de voltar à Corte e de adquirir algum do prestígio e influência de que João Rodrigues de Sá foi senhor.

A 4 de outubro de 1448 o rei mandou romper todos os pelouros dos oficiais da Câmara e que se fizessem novas eleições. A 18 de janeiro de 1449 D. Afonso V nomeou Heitor de Teive, um dos seus escudeiros, para um cargo na Câmara, continuando desta maneira a intromissão régia na Vereação da cidade do Porto.

Uma análise atenta das datas nos parágrafos anteriores mostra-nos como estas são próximas do confronto que viria a ocorrer em Alfarrobeira, que vitimaria Fernão de Sá, o Infante D. Pedro e muitos outros. Olhando para algumas destas sessões vemos uma espécie de prelúdio a Alfarrobeira, no qual o rei tenta colocar grilhetas numa cidade que provavelmente via como possível apoiante do seu tio regente. Fernão não teve um papel muito ativo neste processo, mas esteve presente nas sessões e nunca se opôs às deliberações régias, muito provavelmente por ser partidário do rei D. Afonso V.

A última sessão em que surge o nome de Fernão de Sá corresponde ao dia de 15 de março de 1449. Fernão não esteve presente e falou-se do facto de este, juntamente com Diogo Lourenço, se irem ausentar para se dirigirem a “cassa del Rey”. A exercer as

⁵⁵ DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. (...), pp. 76-79

funções de Diogo ficou Álvaro Gonçalves. Sabendo que o recontro de Alfarrobeira ocorreu no dia 20 de maio do ano de 1449, talvez isto signifique que o rei já estava a reunir os seus homens para confrontar D. Pedro. Esta terá provavelmente sido a última presença de Fernão numa sessão da vereação.

4. Redes de clientelismo

Para a realização desta reconstituição recorreremos às atas de vereação, a bibliografia e a alguma documentação presente em arquivo. Existe uma grande discrepância entre o número de associados de ambos os alcaides, esta diferença deve-se provavelmente ao facto de as atas de vereação utilizadas no estudo cobrirem melhor o período durante o qual Fernão ocupou o cargo de alcaide-mor.

Outra possível explicação para esta discrepância poderá ser a importância, no contexto da política do reino, de cada um destes fidalgos. João Rodrigues era um dos principais homens do rei D. João I, sendo provável que o acompanhasse nas suas deslocações pelo reino. A proximidade ao rei e a vida na Corte provavelmente não lhe permitiam ter tempo para se envolver na política do burgo portuense, podem também ter levado a algum desinteresse por aquilo que se passava na cidade. Talvez esta seja a razão pela qual não encontramos uma reunião na qual João Rodrigues tenha estado presente.

Por sua vez, Fernão não foi selecionado por D. Duarte para ser seu camareiro-mor e não apoiou a regência de D. Pedro, o que poderá ter levado a um afastamento da Corte. É possível que este afastamento tenha resultado num maior interesse pelas questões da cidade, o que pode explicar a sua presença em várias reuniões da Vereação. Tendo em conta este maior envolvimento, a promoção de homens de confiança para cargos de importância na Câmara e noutras instituições da cidade, como a Casa da moeda, não são surpreendentes. Estas movimentações políticas de Fernão provavelmente foram úteis para partido do duque de Bragança e de Afonso V, que desejavam neutralizar a cidade do Porto para que esta não pudesse apoiar o regente.

4.1. Associados de João Rodrigues de Sá

João Afonso de Carapeços, alcaide pequeno

Escudeiro de João Rodrigues de Sá que se comprometeu com o juiz Lopo Dias e com a Câmara a guardar melhor a cidade, sob a condição de lhe ser atribuída a

remuneração devida⁵⁶. A análise dos índices das atas levou-nos a um João Afonso, alcaide. Acreditamos que este João Afonso seja João Afonso de Carapeços e que o seu nome tenha sido abreviado, isto porque a cronologia é muito próxima. João Afonso de Carapeços surge no dia 25 de dezembro de 1401 e João Afonso aparece nas sessões dos dias 22 de abril e 8 de junho de 1402⁵⁷.

Pulgão, homem bom, mercador?

Surge na ata do dia 8 de julho de 1390, altura na qual é pedido que a Câmara permita a entrada de dez “toneeis” de vinho vermelho na cidade. Possível sócio de João Rodrigues de Sá⁵⁸.

4.2. Associados de Fernão de Sá

Gonçalo de Sá, senhor de Aguiar, coudel dos vassallos da cidade do Porto

Filho segundogénito de João Rodrigues de Sá, recebeu de seu pai a terra de Aguiar que lhe foi confirmada duas vezes, a primeira por D. Duarte e a segunda pela regência. No ano de 1440 foi nomeado coudel dos vassallos da cidade do Porto. Baquero Moreno assume que Gonçalo lutou do lado de Afonso V em Alfarrobeira devido à sua presença em Santarém junto do rei dois meses antes da batalha, altura na qual a terra de Aguiar lhe foi confirmada uma terceira vez⁵⁹.

Afonso Anes, criado de Fernão de Sá, vereador

Vereador da cidade desde 24 de junho de 1448 até 4 de outubro de 1448, data na qual todos os pelouros foram rompidos de acordo com uma ordem régia⁶⁰.

Tomé Martins, criado de Fernão de Sá, branqueador da moeda

Foi nomeado para o cargo de branqueador na Casa da moeda do Porto, sucedendo João Velho no ano de 1444. A sua nomeação foi confirmada por D. Afonso V⁶¹.

⁵⁶ MORENO, Humberto Baquero – A Manutenção da ordem pública no Porto quatrocentista. *Revista de História*, (...), p. 366.

⁵⁷ *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. (...), pp. 70-71, 123 e 137.

⁵⁸ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pp. 17-18.

⁵⁹ MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), p. 939.

⁶⁰ *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), pp. 281, 320, 323, 331, 338, 341, 350 e 474

⁶¹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 5, fól. 2.

Diogo Lourenço, alcaide pequeno

Acreditamos que fosse o principal homem de confiança de Fernão de Sá. É possível que também tenha lutado em Alfaroqueira, tendo abandonado o Porto no dia 20 de março de 1449 em conjunto com o fidalgo. No caso de Diogo Lourenço ter lutado na batalha, parece que acabou por sobreviver ao recontro, visto que o seu nome é mencionado no *Corpus codicum*. A informação presente na obra dá a entender que no ano de 1454 Diogo Lourenço era ainda alcaide pequeno da cidade, no nome de João Rodrigues de Sá, alcaide mor da cidade do Porto⁶².

Álvaro Gonçalves, criado de Fernão Anes, alcaide pequeno

Substituiu Diogo Lourenço quando este se ausentou da cidade juntamente com Fernão de Sá⁶³.

Diogo Leite, alcaide pequeno

O seu nome aparece numa carta na qual o rei pede que a Câmara deixe Diogo Leite servir como alcaide pequeno. (esta informação aparece num índice escrito com letra de uma época posterior)⁶⁴.

Considerações finais

Fica realizada a análise das relações dos primeiros alcaides-mores da família Sá, João Rodrigues e Fernão, com a Câmara do Porto. Procuramos também fazer uma descrição do espaço que trabalhamos, uma breve análise das origens da família Sá e uma reconstrução das casas de ambos.

Neste “novo Porto” livre do jugo eclesiástico, a elite do município suplantou o poder do bispo e dos seus homens. Estas elites eram constituídas por homens de negócios experimentados e calculistas que não hesitavam em desafiar fidalgos, ou homens do clero para defenderem os seus direitos e interesses. Estes conflitos não derivavam de um caráter propício ao confronto, mas sim da consciência política de que estas elites eram dotadas. Eram estas as supostas opositoras dos protagonistas deste trabalho, supostas porque nunca sucedeu grande conflito entres estes dois partidos, tendo em vez disso existido uma

⁶² *Corpus codicum*, vol. III, p. 153.

⁶³ *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), p. 411.

⁶⁴ *Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, (...), p. 314.

relação desconfiada entre ambos. A desconfiança levou por vezes a alguns momentos de conflito, no entanto, esta nunca chegaria a níveis irreconciliáveis que resultassem numa quebra de relações.

Os Sás cujo nome deriva de uma quinta em Guimarães, família de passado nebuloso, acabariam por ter um dos seus no cargo de alcaide-mor de Gaia, Rodrigo Anes de Sá, que alegadamente terá casado com uma mulher da família italiana dos Colonna, desta união nasceria João Rodrigues. Em relação a ele e a Fernão, podemos dizer que ambos eram guerreiros, verdadeiros *bellatores*, tanto um como o outro viveu pela espada, mas só um acabou por morrer em batalha.

João deixou um legado mais famoso, sendo celebrado como o Sá das Galés, herói durante o cerco de Lisboa, os seus feitos e apoio ter-lhe-ão valido a gratidão do mestre de Avis, que o recompensou múltiplas vezes de modo generoso. Fernão, por sua vez, nunca terá alcançado o prestígio do pai, morreria em batalha, mas conseguiria fortalecer as bases de uma casa que se manteria influente durante um longo período de tempo.

Ficam algumas dúvidas, especialmente no que toca à questão da alcaidaria-mor antes da mercê do cargo a João Rodrigues e em relação ao período da transição do senhorio do bispo para o rei. Ainda assim, espera-se que se tenha preenchido uma das lacunas existentes na História da Cidade da Porto, na qual grandes investigadores já deixaram um enormíssimo contributo. Pretendemos também que este trabalho leve à elaboração de novos estudos que reinventem, aprofundem e analisem dados novos ou antigos de modo a continuar com o labor interminável que o estudo da História constitui.

Fontes

Fontes Manuscritas

ADP, *Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fól. 21

ANTT, *Casa de Abrantes*, cx. 88, doc. 4930.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 5, fól. 2

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 9, fól. 91

ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65.

ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 8, fól. 106

Fontes Impressas

Corpus codicum latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iusso curiae municipalis editum. 1891-1978. Vol. 3: Livro da contenda entre a cidade e o conde de Penaguiam.

LOPES, Fernão (1983) - *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno. Porto, Livraria Civilização, 2 vols.

Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo. Porto: Câmara Municipal, 1937. (Documentos e memórias para a história do Porto).

Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [imp.1980]. (Documentos e memórias para a história do Porto).

Vereações: 1431-1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados). Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto: Arquivo Histórico, 1985. (Documentos e memórias para a história do Porto).

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Bibliografia

Armorial lusitano: genealogia e heráldica. 3ª ed. Lisboa: Enciclopédia, 1987, coord. Afonso Eduardo Martins Zúquete.

BARROS, Amândio Jorge Morais – Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol.1, 2006, [consultado a: 15/12/2020, 19:18:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/9433>.

BRITO, António Pedro da Costa Mesquita – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes no Porto: 1500 – 1580*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico, 1997. (Documentos e memórias para a História do Porto)

CRUZ, António; PERES, Damião (dir.) – *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965.

Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1999-2000. Coord. Joel Serrão.

DUARTE, Luís Miguel; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Porto: Quidnovi. 2010. História do Porto, Vol. 4.

FARDILHA, Luís de Sá - *A nobreza das letras: os Sás de Meneses e o Renascimento português*. Porto: [Edição do Autor], 2003.

FARDILHA, Luís de Sá - João Rodrigues de Sá de Meneses na Corte de D. Manuel. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 20, 2003,

FERREIRA, J. A. Pinto – O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* – vol. XI (1948).

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

GOMES, Saul António - *D. Afonso V: O africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

MONTEIRO, Manuel Moreira de Sá – Sás – Subsídios para uma Genealogia, *Boletim de Trabalhos Históricos (do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta)*, Guimarães, 1982, [consultado a: 15/12/2020, 19:48:00]. Disponível em: https://www.amap.pt/static/uploads/c/bth/1980/bth1980_4.pdf.

MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral, 1979-1980.

MORENO, Humberto Baquero – Alguns aspetos da marginalidade social na cidade do Porto, nos finais da Idade Média in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*, Lisboa, Presença, 1990, [consultado a: 03/01/2021, 01:22:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/8874>.

MORENO, Humberto Baquero – A Manutenção da ordem pública no Porto quatrocentista. *Revista de História*, 02, Porto, 1979, [consultado a: 03/01/2021, 01:25:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/13186>.

OLIVEIRA, Rui Eduardo de Sá - *Duas muralhas, duas cidades: a história militar do Porto medieval*. Porto: [Edição do Autor], 2013, [consultado a: 15/12/2020, 19:52:00]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/75217>.

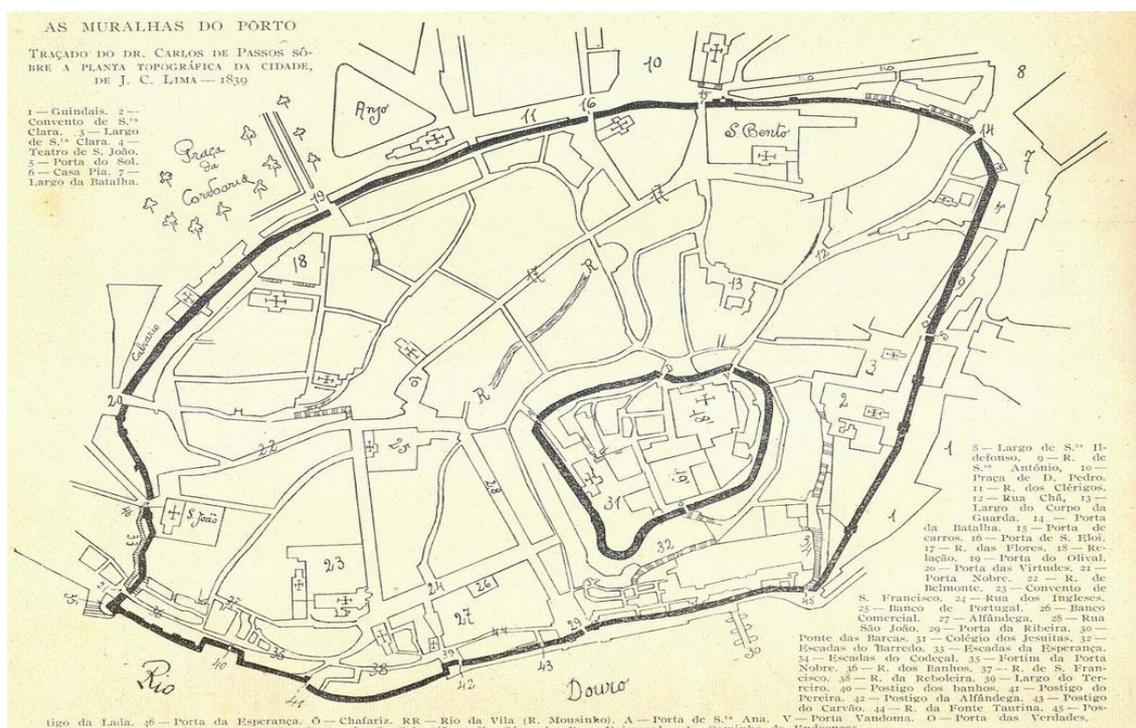
RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 2000.

TÁVORA, Luís de Lencastre e – A Heráldica da casa de Abrantes – Sás e Lencastres Alcaides-mores do Porto desde o séc. XIV, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vols. XXXII.

TEIXEIRA, Helena Regina Lopes - *Porto, 1114-1518: a construção da cidade medieval*. Porto: [Edição do Autor], 2010, [consultado a: 26/12/2020, 22:10:00]. Disponível em: https://www.academia.edu/39863529/Porto_1114_1518_A_constru%C3%A7%C3%A3o_da_cidade_medieval.

Anexos

Anexo 1: Muralhas medievais da cidade do Porto. Traçado do Dr. Carlos de Passos sobre a planta topográfica da cidade, de J. C. Lima - 1839⁶⁵



Fonte: *Muralhas Medievais do Porto*. Centro Histórico do Porto, Património Mundial [Em linha]. [Consultado a 29.12.2020, 23:13:00]. Disponível em: <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

Anexo 2: Alcaides-Mores da cidade do Porto de 1383 a 1579

Alcaide	Tempo no cargo
João Rodrigues Portocarreiro	1383? - 1386 ⁶⁶
Pedro Rodrigues	1390? - 1392 ⁶⁷
João de Cinfães	1392 - 1393 ⁶⁸

⁶⁵ *Muralhas Medievais do Porto*. Centro Histórico do Porto, Património Mundial [Em linha]. [Consultado a 29.12.2020, 23:13:00]. Disponível em: <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>.

⁶⁶ *Corpus codicum*, vol. III, pág. 267.

⁶⁷ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. (...), pág. 60, 64, 69, 71, 101, 118.

⁶⁸ *Ibidem*, pág. 125, 132, 136, 189, 203, 211, 218, 375.

João Rodrigues de Sá	1392 - 1425 ⁶⁹
Fernão de Sá	1425 - 1449 ⁷⁰
João Rodrigues de Sá	1449 - 1511 ⁷¹
Henrique de Sá e Meneses	1511 - 1524 ⁷²
João Rodrigues de Sá e Meneses	1524 - 1579 ⁷³

Anexo 3: Paço dos Alcaides/Solar dos Duques de Lafões



Solar dos Duques de Lafões, no antigo Largo do Corpo da Guarda

Fonte: Desconhecido – (2012/10/19). *Monumentos Desaparecidos*. [Solar dos Duques de Lafões (Porto)], [Consultado a 19.01.2021, 21:25:00]. Disponível em: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2012/10/solar-dos-duques-de-lafoes-porto.html>

⁶⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fól. 65 e ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113.

⁷⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fól. 113 e MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 937.

⁷¹ MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 937 e 944.

⁷² MORENO, Humberto Baquero - *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. (...), pág. 944 e MACHADO, Maria de Fátima Pereira - *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*. (...), pág. 214.

⁷³ FARDILHA, Luís de Sá - João Rodrigues de Sá de Meneses na Corte de D. Manuel. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 20, 2003, pág. 305 e 316.

Anexo 4: Tabela com informação relativa às sessões da Câmara

Data	Livro	Página	Presença	Alcaide em questão	Detalhes mais relevantes das sessões
8 de julho 1390	<i>Vereações: anos de 1390-1395</i>	17	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Representantes de João Rodrigues de Sá pediram permissão para a venda de 10 toneis de vinho vermelho na cidade, o vinho pertencia a um homem bom chamado Pulgão.
25 de dezembro 1401	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	70	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Alguns moradores queixaram-se ao Juiz de que a cidade não era bem guardada nem regida por falta de homens do alcaide, que não a guardavam nem rondavam de noite. João Afonso de Carapeços, alcaide pequeno e escudeiro de João Rodrigues, foi incumbido de guardar a cidade e de assegurar a ordem civil.
21 de abril 1403	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	170	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	Trataram-se tópicos diversos, o nome de João Rodrigues de Sá surgiu quando se falou de locais para a venda de lenha: "o que vier pela porta de cyma de villa venha a ciuidade ante os paços de Joham rrodriguez de saa E aly sse venda".
30 de abril 1403	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	155	Não estava presente	João Rodrigues de Sá	A câmara fez um acordo com João Rodrigues de Sá. Em troca do fim do embargo que lhe havia sido colocado, devido à construção de umas casas, este deveria construir uma viela à sua custa.
19 de janeiro 1432	<i>Vereações: 1431-1432</i>	83	Não estava presente (Já estava morto nesta data)	João Rodrigues de Sá	(assumimos que os fólhos 26v e 27 dizem respeito à sessão de 19 de Janeiro de 1432, devido à assinatura do bispo no fólho 27 e ao registo da presença do "Bispo do Porto" no fólho 24, é neste fólho que se encontra registada a data de 19 de Janeiro de 1432). Nesta sessão falou-se de um episódio que envolveu João Rodrigues de Sá. Numa data não especificada, um mercador castelhano que transportava pescado numa nau de João Rodrigues foi embargado pela câmara, mas esta situação não durou muito porque o embargo foi rapidamente levantado.
12 de abril 1432	<i>Vereações: 1431-1432</i>	100	Não estava presente	Fernão de Sá	Usou-se o local onde se "corregeo" a nau de Fernão de Sá como ponto de referência para se falar de umas obras que se iam fazer nesse local.
1 de agosto 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	200	Estava presente	Fernão de Sá	Conversou-se sobre vários pagamentos que a cidade ia fazer.
1 de dezembro 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	231	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
21 de dezembro 1442	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	238	Estava presente (terá entrado mais tarde na sessão)	Fernão de Sá	Ata incompleta.
18 de maio 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	272	Estava presente	Fernão de Sá	Chegou uma carta da rainha em que era pedido que Álvaro Gil, servo do regente, fosse selecionado novamente para o cargo de escrivão. A câmara aceitou o pedido da rainha. Determinou-se também que todas as cartas que fossem redigidas só poderiam ser enviadas depois de serem apresentadas e acordadas numa reunião da Vereação. De seguida, Fernão de Sá terá referido que não iria poder estar presente no dia de S. João, data na qual iria propor candidatos para o cargo de alcaide pequeno, por isso pediu que Diogo Lourenço, se mantivesse no cargo de alcaide pequeno durante mais 3 anos. O pedido foi aceite.
25 de maio 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	281	Não estava presente	Fernão de Sá	Estava presente na sessão, Afonso Anes, criado de Fernão. Nada do que foi tratado toca o alcaide.
13 de julho 1443	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	305	Estava presente	Fernão de Sá	Leu-se a resposta do rei aos emissários que a cidade havia enviado no âmbito de resolver o problema com Fernão Coutinho, que queria construir casas dentro da cidade. Falou-se também de dois oficiais que gastaram mais dinheiro do que o que a cidade lhes tinha dado, como o procurador não tinha dinheiro para pagar a diferença pediu-se que se pagassem as dívidas que existiam para com a cidade, de modo a que fosse possível fazer o pagamento aos ditos oficiais.
4 de julho de 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	474	Não estava presente	Fernão de Sá	Estava na sessão, Afonso anes, criado de Fernão de Sá, como vereador. Nada falado na sessão diz respeito ao alcaide.
16 setembro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	341	Estava presente	Fernão de Sá	D. Afonso V, enviou uma carta na qual pediu que se mudasse o homem no cargo de escrivão da câmara. Álvaro Gil perdeu o cargo e Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança, passou a ser o novo escrivão. O rei pediu também que se mantivesse Diogo Lourenço no cargo de alcaide pequeno.
4 de outubro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	350	Estava presente	Fernão de Sá	O corregedor apresentou um documento, no qual o rei destituiu todos os oficiais da câmara ordenando que se nomeassem novos oficiais. O município acatou a ordem régia.
20 de novembro 1448	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	373	Estava presente	Fernão de Sá	Tratou-se um problema que ocorreu no estrangeiro, que levou a que dois barcos portugueses fossem tomados por ingleses. Então escreveu-se ao rei e à duquesa da Borgonha para ajudarem a resolver o problema. Depois falou-se de um Afonso Anes que foi nomeado provedor do hospital de Santa Clara, selecionou-se também outro homem para guardar as chaves das "escripturas do conpelho".
18 de janeiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	391	Estava presente	Fernão de Sá	Foi lida uma carta na qual o rei nomeou um dos seus homens de confiança para um cargo no município.
1 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	395	Esteve presente (mas o seu nome não está registado no início da ata de 1 de fevereiro, o que comprova a sua presença é uma assinatura no fólho 235v.)	Fernão de Sá	Conversou-se sobre um homem de Ponte de Vedra que queria trazer sardinha para a cidade, referiu-se também que se tinha de pagar a Diego de Ferreira pelo trabalho que havia feito na ponte de Matosinhos.
5 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	398	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
12 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	400	Estava presente	Fernão de Sá	Ata incompleta.
19 de fevereiro 1449	<i>Vereações: anos de 1401-1449</i>	402	Estava presente	Fernão de Sá	Foi à sessão um escudeiro da condessa de Vila Real, para discutir o facto de a cidade andar a influenciar localidades que estavam fora da sua jurisdição.